

Defensoria Pública, Ministério Público e parceiros se unem para ampliar campanha contra importunação sexual para todos os estádios mineiros

PÁGINA 3

CASO SAMARCO

TRF1 acata recurso da DPMG e demais Instituições de Justiça e derruba decisão que reduziu auxílio a atingidos de Mariana

Determinação atende a ação interposta pelas Defensorias Públicas do Estado de Minas Gerais, do Espírito Santo e da União, Ministério Público Federal e Ministério Público do Estado de Minas Gerais

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) acolheu recurso interposto pelas Instituições de Justiça que atuam no caso Samarco e derrubou liminarmente decisão da 12ª Vara Federal de Minas Gerais que, em março de 2021, determinou a substituição do pagamento do auxílio financeiro emergencial (AFE) por “kit de proteína” e “kit de alimentação” aos pescadores e agricultores de subsistência atingidos pelo rompimento da barragem do Fundão, em Mariana (MG). Datada de 24 de março, a decisão estabelece ainda que valores

não pagos deverão ser efetivados retroativamente. Em despacho urgente emitido na sexta (25/3), o Juízo Federal determinou à Fundação Renova o cumprimento imediato e integral da decisão.

Em Brasília, mais uma rodada de negociações do acordo do Rio Doce

LEIA + PÁGINA 2

Foto: Marcelo Sant'Anna/DPMG



ESCOLA SUPERIOR

12º Curso de Orientação, Aperfeiçoamento e Preparação das novas defensoras e defensores públicos de Minas Gerais tem início

Na Semana Estadual do Combate à Violência Obstétrica, DPMG e Escola Superior debatem tema em palestra

PÁGINA 6



Defensoria de Minas atua em defesa de Comunidades Quilombolas do Norte do Estado

PÁGINA 3

ÍNDICE DESTA EDIÇÃO

- > Ações em destaque • Deu na mídia **PÁG. 2, 3 e 4**
- > Institucional **PÁG. 4 e 5**
- > Escola Superior • Inspirando novas atitudes **PÁG. 5, 6 e 7**
- > Procedimentos e comunicados internos **PÁGINA 8**

AÇÕES EM DESTAQUE • CASO SAMARCO

TRF1 acata recurso da Defensoria de Minas e demais Instituições de Justiça e derruba decisão que reduziu auxílio a atingidos de Mariana

>> *continuação da capa*

No agravo de instrumento interposto, além de expor os problemas relacionados ao regime de transição ao AFE, estabelecido pela decisão agora derrubada, as Instituições de Justiça evidenciaram que esta contrariou deliberações do Comitê Interfederativo (CIF), acarretando na desestabilização do sistema de governança e em perigo de dano para milhares de pessoas impactadas, vulnerabilizadas e dependentes do auxílio para manutenção de sua subsistência.

A relatora do caso, desembargadora federal Daniele Maranhão, reconheceu a impossibilidade de se suspender os auxílios pagos às categorias antes que seja provado adequadamente que as condições anteriores ao rompimento da barragem tenham sido restabelecidas, de forma a propiciar a retomada das atividades produtivas dos atingidos, como estabelece a cláusula 140 do Termo de Transação de Ajustamento de Conduta (TTAC).

[Leia na íntegra](#)

DPMG participa de mais uma rodada de negociações do acordo do Rio Doce

Repercussões socioambientais e questões de saúde pública foram o foco desta rodada

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) participou da 7ª rodada das renegociações do acordo sobre os impactos do desastre da barragem de minérios em Mariana, em 2015. As repercussões socioambientais e as questões de saúde pública foram o foco desta rodada. O encontro foi realizado com a mediação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nas últimas quinta (17) e sexta-feira (18/3). A defensora pública Carolina Morishita, que atua no Núcleo Estratégico da Defensoria Pública de Proteção aos Vulneráveis em Situação de Crise, representou a DPMG na reunião.

Participaram também representantes das empresas Samarco Mineração S/A, Vale S/A e BHP Billiton Brasil; e

integrantes do Poder Público, como Advocacia-Geral da União, dos governos estaduais de Minas Gerais e do Espírito Santo, do Ministério Público Federal e os dos dois estados, bem como a Defensoria da União e a do Espírito Santo. As tratativas são acompanhadas também pelo Fórum Permanente dos Prefeitos da Bacia do Rio Doce.

A próxima rodada das negociações está prevista para abril, novamente na sede do CNJ, em Brasília.

Com informações do CNJ

Fotos: Gil Ferreira/Agência CNJ



A defensora pública Carolina Morishita durante a audiência

AÇÕES DE DESTAQUE

Defensoria Pública, Ministério Público e parceiros se unem para ampliar campanha contra importunação sexual para todos os estádios mineiros

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) é uma das instituições do estado que está unindo forças para a adoção de ações que possam garantir o direito das mulheres de frequentar os campos de futebol com segurança e tranquilidade, sem sofrer qualquer tipo de constrangimento.

Para discutir a questão, a defensora pública-auxiliar da Defensoria Pública-Geral, na função de coordenadora estadual de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, Samantha Vilarinho, e o defensor público Paulo César Azevedo participaram de reunião na Procuradoria-Geral de Justiça, no dia 16 de março.

Estavam presentes o procurador-geral de Justiça, Jarbas Soares Júnior, e representantes do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, do Tribunal de Justiça Desportiva, das Polícias Civil e Militar, da Ordem dos Advogados do Brasil, da Federação Mineira de Futebol, do Mineirão, do Poder Legislativo e da sociedade civil.

Com o objetivo de colocar fim à prática de importunação sexual em todos os estádios de futebol de Minas Gerais, foi proposto que a campanha “Todos contra a importunação sexual” se amplie para todo o estado. O problema foi discutido em diversos aspectos, visando à elaboração e execução do projeto de ampliação.

Foto: MPMG



Paulo César Azevedo e Samantha Vilarinho representaram a DPMG

Os participantes evidenciaram a importância do trabalho educativo nos estádios e escolas com crianças e adolescentes e a necessidade de capacitação contínua de profissionais que atuam nestes ambientes.

Ao final da reunião, as coordenadoras da campanha “Todos Contra a Importunação Sexual”, do Mineirão, detalharam a concepção e o desenvolvimento da iniciativa. Uma nova reunião do grupo foi agendada para o dia 27 de abril.

[Leia na íntegra](#)

Defensoria de Minas atua em defesa de Comunidades Quilombolas do Norte do Estado

A Constituição da República garante aos remanescentes de quilombos o respeito ao seu patrimônio imaterial e à propriedade das terras ocupadas. O reconhecimento de seus territórios é essencial para a preservação de sua cultura e de sua história.

Neste cenário, a assistência jurídica prestada pela Defensoria Pública é fundamental para que as comu-

des quilombolas tenham seus direitos garantidos. Uma das atuações da Defensoria Pública de Minas Gerais nesta seara acontece em Januária, no norte do Estado, onde a Instituição acompanha algumas comunidades quilombolas, defendendo-as em conflitos por terra com um fazendeiro.

Na Comunidade Tradicional Pesqueira e Vazanteira de Croatá, após a invasão da água nas residências do quilombo, em fevereiro deste ano, seus integrantes se dirigiram até o outro lado do quilombo, depois do Rio Ipueira, que é de domínio da comunidade. No entanto, funcionários de uma fazenda próxima chamaram a polícia que, sem decisão judicial, expulsou os integrantes da comunidade do local. A Defensoria de Minas expediu ofício para a Polícia Civil de Januária, solicitando investigação dos fatos relatados, e para o Ministério Público local, responsável por realizar o controle externo da Polícia Militar.



Casas dos quilombolas impactadas pelas cheias do rio

continua >>

ações em destaque • CASO SAMARCO

Defensoria de Minas atua em defesa de Comunidades Quilombolas do Norte do Estado

>> *continuação da página 3*

Também a Comunidade Quilombola Sangradouro Grande ser obrigada a migrar para as partes altas devido ao aumento do volume do rio. Apesar de a Polícia Militar não ter retirado os integrantes do local, também foi registrado TCO de esbulho possessório, colocando-os como autores do crime. A pedido da DPMG, a intimação para depoimento, que seria durante o Carnaval, dificultando o acompanhamento pelos órgãos locais, foi adiada para 3 de março, quando os integrantes foram ouvidos e intimados para a audiência preliminar. O fazendeiro ajuizou uma nova ação de reintegração de posse, sem mencionar as outras três ações ajuizadas pelo mesmo autor contra as

comunidades e sem relatar que no polo passivo tratava-se de uma comunidade quilombola.

Reuniões – A Defensoria Pública de Minas, com frequência, participa de reuniões e audiências sobre a questão, como na Reunião Plenária da Mesa de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais e Outros Conflitos Socioambientais do Estado. Também participou da discussão dos próximos passos em relação ao conflito que envolve a Comunidade de Croatá e esteve em audiência pública realizada pela Assembleia Legislativa de Minas em que foram discutidas questões dos conflitos ocorridos com diversos órgãos públicos.

[Leia na íntegra](#)



Ao lado, alguns dos quilombolas da Comunidade Sangradouro Grande. Acima, as defensoras públicas Ana Cláudia Storch e Luciana Guerrero durante audiência em que foram discutidas questões dos conflitos

INSTITUCIONAL • MUNDO OFICIAL

Defensoria Pública do Estado participa de lançamento do projeto que implanta Justiça Restaurativa nos presídios

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), junto ao Tribunal de Justiça, Ministério Público, Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp), entre outras entidades públicas e também privadas, se uniram para adoção de ações de Justiça Restaurativa em estabelecimentos prisionais mineiros.

Foto: Riva Moreira/TJMG



Reunião de apresentação do projeto no TJMG

A defensora pública auxiliar da Defensoria Pública-Geral, Emília Eunilce Alcaraz Castilho, participou da solenidade de lançamento do programa na segunda-feira (21/3), representando a Defensoria Pública de Minas Gerais. O presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, desembargador Gilson Soares Lemes, assinou a Portaria Conjunta que institui projeto piloto para a implantação da Justiça Restaurativa nos presídios de Minas. O programa terá início nas comarcas de Alfenas, Frutal, Igarapé e Patos de Minas.

O projeto vem sendo idealizado desde março de 2021, sendo estudadas e desenvolvidas iniciativas para a inserção da metodologia da Justiça Restaurativa no sistema carcerário. O público-alvo inicial será composto pelos servidores do sistema prisional e pelos indivíduos privados de liberdade, pré-egressos do sistema prisional ou que estejam em cumprimento de prisão provisória, independentemente do crime que tenham praticado.

INSTITUCIONAL • MUNDO OFICIAL

Defensor público-geral recebe visitas em seu Gabinete

Ex-deputado e advogado Isauro Calais

O defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares, recebeu na quarta-feira (23/3) a visita de cortesia do ex-deputado e advogado Isauro Calais. Também estiveram presentes no encontro os defensores públicos auxiliares da Defensoria-Geral Wilson Hallak Rocha e Fernando Luís Camargos Araujo, e o coordenador da área Criminal de Belo Horizonte, defensor público Ricardo de Araújo Teixeira. O ex-deputado estava acompanhado de sua esposa, a advogada Norma Affonso. Na ocasião foram tratados assuntos de interesse institucional da Defensoria Pública de Minas Gerais.

Fotos: Marcelo Sant'Anna/DPMG



1º-vice-presidente da Mesa da ALMG, advogados e vereador de Cruzília

Na quinta-feira (24/3), o defensor-geral Gério Patrocínio Soares recebeu uma visita institucional do 1º-vice-presidente da Mesa da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado estadual Antonio Carlos Arantes; do presidente da Câmara Municipal de Cruzília, vereador Francisco Caetano da Silveira; do presidente da OAB em Cruzília, Antônio Márcio Silveira; e do advogado Domingos Lollobrigida. Durante o encontro foram tratados assuntos de interesse institucional.



DEU NA MÍDIA

CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO

Mutirão das Famílias, que acontece em 46 unidades da DPMG até o final deste mês, aumento do número de atendimentos e a atuação dos Centros de Conciliação e Mediação ganharam destaque na mídia

[Veja aqui esses e outros assuntos](#)

ESDEP-MG INFORMA

Webinário sobre mulheres no Sistema de Justiça

A Escola Superior da Defensoria Pública do Maranhão, em parceria com as Defensorias Públicas do Amazonas (DPEAM) e do Distrito Federal (DPDF), informou sobre o webinário “Mulheres no Sistema de Justiça: avanços e desafios”.

O encontro aconteceu no dia 24 de março e foi transmitido via YouTube, pelo canal da Defensoria Pública do Maranhão (c/ defensoriama).

[Clique aqui para ver](#)

ESCOLA SUPERIOR

12º Curso de Orientação, Aperfeiçoamento e Preparação das novas defensoras e defensores públicos de Minas Gerais tem início

Começou na segunda-feira (21/3) o 12º Curso de Orientação, Aperfeiçoamento e Preparação para as Atividades do Cargo da sétima turma das defensoras e defensores públicos em estágio probatório, aprovados no VIII Concurso de provas e títulos para ingresso na carreira da Instituição. Os novos membros e membras foram empossados no dia 18 de março. O curso é promovido pela Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), por meio de sua Escola Superior (Esdep-MG).

A abertura da capacitação foi feita pelo defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares, que destacou a diversidade da nova turma, observando que a chegada das novas membras e membros enriquece a Defensoria mineira, com novas experiências, vivências e ideias. Na sequência, foram feitas as apresentações das Assessorias Jurídico-Institucional e Institucional. O 12º Curso de Orientação continua até o dia 10 de junho de 2022.

Programação – Estão previstas apresentações da Subdefensoria Pública-Geral, Assessorias da Defensoria-Geral, Corregedoria-Geral, Conselho Superior, defensoras e de-

Foto: Marcelo Sant'Anna/DPMG



Defensor-geral Gério Soares dá as boas-vindas para as novas defensoras e defensores públicos

fensores públicos orientadores, Coordenadoria de Projetos, Convênios e Parcerias, Superintendências, Associação de Classe e da Assessoria Militar da DPMG, além de representantes de outras instituições, como Poderes Executivo e Judiciário, Ministério Público, Polícia Militar, Defesa Civil, Corpo de Bombeiros Militar e Polícia Civil. O curso contempla também temas e aspectos técnicos, como atuação no júri, processos eletrônicos, entre outros, além de práticas supervisionadas.

Na Semana Estadual do Combate à Violência Obstétrica, DPMG e Escola Superior debatem tema em palestra

Em virtude da Semana Estadual do Combate à Violência Obstétrica – 14 a 18 de março –, a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), por meio da sua Escola Superior (Esdep-MG), organizou, no dia 18/3, uma palestra virtual para discutir e abordar os conceitos da violência obstétrica e a importância do conhecimento do tema, ainda pouco conhecido na sociedade.



Com o objetivo de orientar sobre os direitos das mulheres no período de gestação, parto e pós-parto, para identificarem situações de violência obstétrica, o encontro trouxe a participação da socióloga e advogada Gabriella Sallit, especialista em Direito Civil, representante da sociedade civil no Projeto Parto Adequado. A especialista ajuizou, em 2014, a primeira ação brasileira que visava reparação de violência obstétrica

Também participaram da palestra as defensoras públicas Flávia Marcelle, coordenadora do projeto 'Gestação Legal', da DPMG; e Samantha Vilarinho Mello Alves, defensora pública auxiliar da Defensoria-Geral, na função de coordenadora estadual de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres.

O encontro aconteceu de forma virtual e foi aberto ao público, com transmissão ao vivo pelo canal oficial da Defensoria Pública de Minas no YouTube.

[Clique aqui para ver](#)

INSPIRANDO NOVAS ATITUDES

'1º Simpósio de Saúde, Educação e Estratégias Interventivas – Uma visão na neurociência' tem participação da Defensoria Pública

Na quarta-feira (23/3) ocorreu o "1º Simpósio de Saúde, Educação e Estratégias Interventivas – Uma visão na neurociência". Promovido pelo Instituto Professora Ângela Mathylde – Aprendizagem e Cia – Secretarias de Educação, o evento abordou o tema "A educação da pessoa com deficiência no Direito Brasileiro".

Pela Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) participaram o defensor público e gestor do projeto "Inclusão Verde Mundo – Rede em Proteção", da DPMG, Luis Renato Braga Arêas Pinheiro; o coordenador da Defensoria Especializada do Idoso e da Pessoa com Deficiência, defensor público Estêvão Machado de Assis Carvalho; e a defensora pública Fernanda Cristiane Fagundes Milagres, que também atua na Especializada.

O defensor público Estêvão Machado falou sobre o livro "A educação da pessoa com deficiência no Direito brasileiro", organizado por ele, em parceria com os defensores Luis Renato e Fernanda Fagundes, juntamente com a professora doutora Ângela Mathylde. A obra é composta por artigos de autoria de advogados, psicólogos, defensores públicos, promotores, juízes e de-



sempargadores, com experiência na questão do direito à educação da pessoa com deficiência.

O defensor Luis Renato Braga Arêas ressaltou a necessidade de trazer a visão jurídica de forma ampliada e falou sobre a importância de ir além da observância da lei e do Direito, visando um alinhamento aos propósitos educacionais de inclusão do aluno por parte da escola e da família.

[Leia na íntegra](#)

Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência na Escola de Medicina da UFMG

O defensor público Luís Renato Braga Arêas Pinheiro, que também é membro da Comissão Especial dos Direitos das Pessoas com Deficiência, da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (Anadep), concedeu entrevista ao Projeto Toxoplasmose na Palma da Mão, promovido pelo Centro de Tecnologia em Saúde (Cetes), da Escola de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

A entrevista aconteceu na quarta-feira (16/3) e contou com a participação da professora de Medicina

da UFMG, Gláucia Andrade.

Em sua fala, o defensor público esclareceu aos profissionais de saúde os direitos de crianças e adolescentes com deficiências motora, cognitiva e visual e daquelas com sequelas da toxoplasmose congênita.

A entrevista foi transmitida pelo canal do Cetes no YouTube e está disponível no portal Toxoplasmose na Palma da Mãe, da Escola de Medicina UFMG.

[Para assistir, clique aqui](#)



IMPORTANTE: Faça seu login no 'Gerais' antes de clicar nos links

PROCEDIMENTOS E COMUNICADOS INTERNOS

DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL

Regulamenta o gozo de créditos de compensação, de acordo com a Del. nº 190/2021

[Resolução n. 708/2022](#)

Abertura de consultas de cooperação voluntária

- **Belo Horizonte – 1ª Defensoria dos Juizados/Jesp da Fazenda Pública:** de forma remota, exclusivamente nas demandas que envolvem **direito de saúde** em tramitação no PJe. De 5 de abril de 2022 a 9 de maio de 2022. Inscrição por e-mail, até às 23h59 de 29/março de 2022
[Resolução n. 707/2022 \(DODP 25/03/2022\)](#)

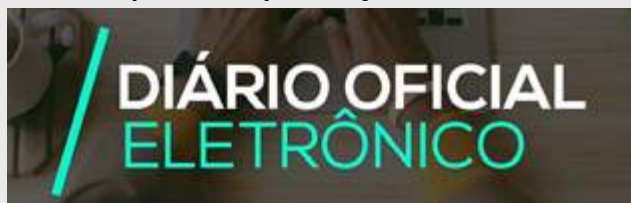
- **Campina Verde/Plenários do tribunal do júri:** acumulação para ato específico. Período: de 11/05 a 25/05/2022. Inscrições até as 13h de 5/abril/2022.
[Resolução n. 697](#)

- **Ribeirão das Neves / Complexo Penitenciário Parceria Público Privado (CPPP):** realização dos procedimentos administrativos disciplinares do conselho e de oitivas prévias dos custodiados, de forma remota ou presencial. Inscrição por e-mail, até às 23h59 de 30/março/2022.
[Resolução n. 713/2022 \(DODP 26/03/2022\)](#)

>> *Períodos das cooperações poderão ser prorrogados, interrompidos ou antecipados.*

>> *Inscrições devem ser enviadas para o e-mail cooperacao@defensoria.mg.def.br*

Acesse aqui outras publicações do DODP/MG



Ato da Comissão Eleitoral para a composição da lista tríplice para defensor público-geral ou defensora pública-geral – biênio 2022/2024

A Comissão Eleitoral constituída para a escolha da Defensora ou Defensor Público-Geral, biênio 2022-2024, divulga o Aviso 02, com o nome da candidata para concorrer à eleição.

[Clique aqui para ler o Aviso 02](#)



CORREGEDORIA-GERAL

Instrução Normativa da CG dispõe sobre a atuação da Defensoria Pública como porta de entrada do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM)

[Clique aqui para ler.](#)

ESDEP INFORMA

Sorteados para o Curso de Capacitação em Mediação de Conflitos pelo IDDE

A Esdep-MG informou, no dia 22/3, os sorteados para as cinco vagas no curso de capacitação em Mediação de Conflitos, promovido pelo IDDE – Instituto para o Desenvolvimento Democrático. O curso terá início no dia 28 de março e vai até 23 de junho. Caso não haja interesse pelos contemplados, os suplentes serão chamados de acordo com a ordem se sorteio.

Sorteados: Carla Bandeira Mendes, Luís Otávio Araújo Furtado, Alfredo Emanuel Farias de Oliveira, Suriana Pereira Silva e Simone da Silva Franca Veloso.

Suplentes: 1º Josiane Silva de Paula, 2º Lísia Cordeiro de Aquino Junqueira, 3º Wanessa Cristine Gonçalves Viana, 4º Denise Gomes de Oliveira e 5º Glauber da Silva Corlaite.

CDI/CÂMARAS DE ESTUDOS

Câmara de Estudos lançam boletins informativos

- **Direitos Humanos: #Ficaadica** – primeira edição, elaborada em parceria com as Câmaras de Estudos da Infância e Juventude e de Tutela das Famílias, o informativo traz informações sobre o uso do termo 'criança e adolescente' em detrimento a 'menor'.

[Clique aqui para ler a primeira edição do #Ficaadica.](#)

- **Direitos Humanos: Boletim Informativo n.2** – O Direito à Habitação é o tema desta edição, que apresenta também sugestões culturais ligadas à temática.

[Clique para acessar.](#)

- **Tutela de Família: 'Tirinhas de Família e Sucessões'** – O informativo traz notícias e decisões importantes sobre temas da área.

[Acesse aqui a edição nº 13](#)

>> *Todos os informativos encontram-se disponíveis na pasta Base de Conhecimento, no OneDrive, que pode ser acessada também pela página com o mesmo nome no GERAIS, menu superior, à direita.*

SRLI/PROTOCOLO-GERAL

[Atualização do vídeo tutorial para acesso aos serviços](#)